

Contabilidade internacional: qualidade contábil após adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil

International accounting: accounting quality after adoption of international accounting standards in Brazil

Contabilidad internacional: calidad contable después de la adopción de normas internacionales de contabilidad en Brasil

Recebido: 13/11/2019 | Revisado: 16/11/2019 | Aceito: 25/11/2019 | Publicado: 28/11/2019

Kelly Gonçalves Canedo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2298-5042>

Faculdade de Nova Serrana, Brasil

E-mail: kellygoncalvesc@outlook.com

Laíla Catharina Magalhães Guedes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9721-4042>

Faculdade de Nova Serrana, Brasil

E-mail: lailaguedes15@gmail.com

Willian Antônio de Castro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8742-9018>

Faculdade de Nova Serrana, Brasil

E-mail: willantonio.castro@gmail.com

Resumo

As Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) visam promover a comunicação da contabilidade a nível mundial e assim contribuir para o intercâmbio de capital, visando zelar pela transparência e harmonização das demonstrações contábeis. Deste modo, o presente estudo, propõe verificar a melhoria contábil brasileira, após adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. Para atingir o objetivo proposto é medido o número de palavras presentes nas notas explicativas divulgadas em períodos anteriores e posteriores a adoção das IFRS. A amostra é composta pelas empresas listadas na Bolsa de Valores Brasileira no setor de consumo cíclico; subsetor de comércio e no segmento de Tecidos, Vestuário e Calçados no Brasil, excluindo a empresa Grazziotin S.A, uma vez que esta não publicou suas notas explicativas nos anos anteriores a 2010, ano em que se tornou obrigatório à publicação em conformidade com as IFRS. Para análise dos dados é feita uma regressão linear simples, e

como teste adicional é feito um teste de média geral e média por empresa. Os resultados apontam que os números de palavras presentes nas notas explicativas aumentaram após a adoção das IFRS, contribuindo para mais divulgação de informações contábeis e, conseqüentemente, melhora da qualidade contábil.

Palavras-chave: Qualidade contábil; IFRS; Transparência; Harmonização.

Abstract

The International Accounting Standards (IFRS) aim to promote accounting communication worldwide and thus contribute to the exchange of capital, ensuring transparency and harmonization of financial statements. The present study aims to verify the Brazilian accounting improvement after adoption of the International Accounting Standards. To achieve the proposed goals we measure the number of words present in the explanatory notes published in periods before and after the adoption of the IFRS. The sample is composed of companies listed on the Brazilian Stock Exchange in the cyclical consumer sector; trade subsector and in the Textiles, Clothing and Footwear segment in Brazil, excluding the company Grazziotin S.A because it did not publish its explanatory notes in the years prior to 2010, when it became mandatory the publication in accordance with the IFRS. For data analysis, a simple linear regression is performed, and as an additional test, we calculated the general average and average per company. The results indicate that the number of words present in the explanatory notes increased after the adoption of the IFRS, contributing to more disclosure of accounting information and, hence, improvement of the overall accounting quality.

Keywords: Accounting quality; IFRS; Transparency; Harmonization.

Resumen

Las Normas Internacionales de Contabilidad tienen como objetivo promover la comunicación contable en todo el mundo y contribuir así al intercambio de capital, con el objetivo de garantizar la transparencia y la armonización de los estados financieros. Por lo tanto, el presente estudio propone verificar la mejora contable brasileña, después de la adopción de las Normas Internacionales de Contabilidad. Para lograr el objetivo propuesto, se mide el número de palabras presentes en las notas explicativas publicadas en períodos anteriores y posteriores a la adopción de las IFRS. La muestra está compuesta por compañías que cotizan en la Bolsa de Valores de Brasil en el sector de consumo cíclico, subsector de comercio y en el segmento de Textiles, Ropa y Calzado en Brasil, excluyendo Grazziotin S.A, ya que no publicó sus

notas explicativas en los años anteriores a 2010, cuando se hizo obligatorio para la publicación conforme a las IFRS. Para el análisis de datos, se realizó una regresión lineal simple y, como prueba adicional, se realizó una prueba de promedio general y promedio por empresa. Los resultados indican que el número de palabras presentes en las notas explicativas aumentó después de la adopción de las IFRS, contribuyendo a una mayor divulgación de información contable y, en consecuencia, a la mejora de la calidad contable.

Palabras clave: Calidad contable; IFRS; Transparencia; Armonización.

1 Introdução

Mediante a globalização, transações no mercado financeiro ocorrem a toda hora, a qualquer momento e lugar, necessitando basicamente apenas de conexão a internet. A fim de colocar em prática o objetivo da contabilidade, que é fornecer informações úteis para tomada de decisões, observou-se a necessidade de adotar padrões contábeis internacionais.

Por meio da Lei nº 11.638, de 28-12-2007 foram aderidos os parâmetros internacionais de contabilidade no Brasil. No ano de 2010 as Sociedades Anônimas de capital aberto foram as primeiras empresas obrigadas a adotarem as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), isso devido ao fato de negociarem suas ações na bolsa de valores. Em 2012, todas as demais empresas brasileiras estavam obrigadas a aderir aos novos padrões para fazer sua escrituração contábil.

O objetivo das normas internacionais é trazer harmonização e globalização da contabilidade, de modo que seja possível compreendê-las em qualquer país. Entretanto, elas contribuem também para o desenvolvimento da economia, promovendo o intercâmbio de capital, possibilitando que investidores apliquem e captem recursos com mais confiança.

Oliveira *et. al* (2008, p. 2) dizem que “a contabilidade é a linguagem universal dos negócios. Portanto, é urgente que passem a existir critérios contábeis aceitos em toda parte do mundo”. Portanto, percebe-se que as IFRS visam a interação e inserção de empresas no mercado exterior, facilitando a negociação com empresas estrangeiras e possibilitando comparar seu ramo de negócio à nível mundial.

Neste trabalho expomos sobre as normas internacionais com foco na qualidade contábil e ênfase nas notas explicativas, estas que tem por finalidade complementar as demonstrações contábeis, deixando-as mais claras ao citar todos os registros contabilizados. O presente

estudo é realizado nas seguintes empresas: Arezzo Indústria e Comércio S.A.; Grazziotin S.A.; Guararapes Confeções S.A.; Lojas Renner S.A.; Marisa Lojas S.A. e Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. Todas estas empresas estão listadas no setor de consumo cíclico; subsetor de comércio e no segmento de Tecidos, Vestuário e Calçados na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Levando-se em consideração que as IFRS trazem mais transparência, é analisado se houve o aumento do tamanho das notas explicativas, deste modo observando melhoria na qualidade de divulgação contábil.

Com isto, o presente estudo, propõe verificar a melhoria contábil brasileira, após adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. De maneira específica, é analisado o efeito que as normas trazem dentro dos relatórios empresariais, particularmente as notas explicativas, que têm como objetivo esclarecer informações adicionais sobre a relação patrimonial da entidade.

Os resultados apontam que os números de palavras presentes nas notas explicativas aumentaram após a adoção das IFRS, contribuindo para mais divulgação de informações contábeis e, conseqüentemente melhora da qualidade contábil.

2 Contabilidade e Qualidade Contábil

2.1 História e evolução da contabilidade

A história da contabilidade é tão antiga quanto se pensa. Iudícibus, Marion e Faria (2009) sugerem que os primeiros vestígios começaram com os pastores de ovelhas, que durante os dias quentes deveriam se preparar para os dias de neve. Na época de trabalho, deveria cuidar do seu rebanho, conta-las diariamente usando uma pedrinha por cabeça de ovelha, estocar o alimento e prever a quantidade suficiente, de modo a mantê-los vivos.

Marion (2012) cita que a contabilidade se manifesta desde os tempos remotos, sendo percebido até mesmo na bíblia. O livro de Jó, o mais antigo da bíblia, evidencia sua riqueza descrita nos mínimos detalhes; na época Jó era considerado o homem mais rico do oriente e contava com o auxílio de um excelente contador. Na passagem do livro de Gêneses, a contabilidade é retratada na competição do crescimento da riqueza, de acordo com o controle quantitativo dos bens.

2.1.2 Contabilidade como Ciência

No ano de 1840, a contabilidade passa-se a ser reconhecida como Era Moderna, com a escrituração de Francesco Villa e continua até os dias atuais. Esta fase ganha este nome por reconhecer a contabilidade como ciência, sendo objeto de estudo e aprofundamento.

Segundo Franco, com base nas noções gerais de contabilidade, conceitua-se como:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. (Franco, 1997, p. 21)

Levando-se em consideração o ano de publicação da obra de Franco (1997) comparada as obras posteriores, é notório que o conceito ainda é válido. Visto que permanecemos na era científica, a contabilidade se volta para tomada de decisões, e tem como objeto o patrimônio.

Para Crepaldi (2008) a contabilidade é uma ciência que tem por objetivo o estudo constante do patrimônio e suas variações, de tal modo que o registro evidencie o que aconteceu com o patrimônio, e seja possível fazer a análise expositiva da demonstração.

Para Marion (2012, p. 28) “a contabilidade é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das ações humanas (portanto, a Contabilidade ocupa-se de fatos humanos)”. Deste modo, verifica-se que a contabilidade não pode ser confundida como ciência exata, apesar dela utilizar métodos quantitativos que dependem diretamente da ação do homem para controlar seu patrimônio.

2.1.2 Marcos históricos para contabilidade.

Para Marion (2012) a contabilidade ganha maturidade entre os séculos XIII e XVI, com o crescimento do comércio com as Índias, na era da burguesia, renascimento e mercantilismo, marcados pela forte influência da igreja. Passou a ser reconhecida com o frei Lucca Pacioli, autor do método das partidas dobradas, quando publicou em 1494 um tratado sobre contabilidade na Itália. Nesta época, surge também a Escola Italiana de Contabilidade,

sendo a primeira voltada para o estudo da contabilidade como disciplina. Com isso, a Itália passa a ser reconhecida como o país que deu origem a ciência contábil.

Niyama (2010) sugere que o desenvolvimento histórico da contabilidade foi marcado pela década de 70, com a reforma bancária e o crescimento do mercado de capitais. Os principais marcos desta fase tiveram ênfase na influência da escola norte-americana sobre os princípios contábeis; na padronização da estrutura de demonstrações contábeis das companhias abertas de acordo com o Circular nº179/72 do Banco Central, e com obrigatoriedade de auditar as demonstrações contábeis das companhias abertas por auditores independentes.

Marion (2012) faz ênfase ao desenvolvimento da contabilidade nos Estados Unidos no século XX, marcado pela crise de 1929, ocasionada pela queda da bolsa de Nova York, com reflexos no mundo inteiro. Tal episódio contribuiu para o desenvolvimento das técnicas contábeis, principalmente para auditoria independente. Nesta época, houve a criação da Escola Contábil Americana, que teve como objetivo apresentar métodos voltados para a clareza das informações aos usuários e a contabilidade como ferramenta para tomada de decisões, onde suas teorias ainda dominam o cenário atual.

Em 1970, há o avanço mundial para a contabilidade, sendo proposto o Comitê de Normas Contábeis Internacionais, tendo em vista divergências contábeis de um país para outro, onde foi desenvolvido a fim de facilitar a leitura contábil para os investidores estrangeiros. Para Lemes e Carvalho (2010), estas normas contribuem não apenas para questões contábeis, mas também em âmbito operacional, por meio do balanço, demonstrações de resultado, demonstrações de fluxo de caixa e notas explicativas.

De fato, podemos afirmar que a contabilidade se aprimorou gradativamente conforme o passar dos anos. Com os acontecimentos históricos e referências marcantes, percebe-se que foi possível a realização de estudos a fim de compreender a teoria contábil desde sua descoberta, criando-se novas técnicas que tendem diminuir erros passados. Assim, utilizando dos marcos antecessores para conhecer e aperfeiçoar as operações contábeis na prática até os dias atuais.

2.2 Adoção das IFRS

2.2.1 *História*

Com base em Antunes *et. al* (2012), é perceptível que a contabilidade, em relação às suas práticas utilizadas no controle do patrimônio, mudaram ao decorrer dos anos. Pode-se notar essas mudanças como decorrência da responsabilidade de analisar e obter informações para a tomada de decisões dentro do processo de gerenciamento.

Como todo crescimento econômico requer padronizações para fins de controle, assim aconteceu também com a contabilidade em âmbito internacional. Segundo Antunes *et. al* (2012, p. 8) “surgiu a necessidade de um padrão de relatórios com normas de elaboração seguidas de forma a permitir a comparabilidade e, também, a avaliação por auditoria independente.”

Segundo Silva, após a segunda guerra mundial deu-se o incentivo para estudo de um padrão à contabilidade e sua harmonização, afirmando que:

Neste contexto de crescente internacionalização e liberalização dos mercados de capital e crédito, houve um aumento no número de transações entre países, os quais possuíam sistemas contábeis diferentes e, conseqüentemente, regras contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação divergentes. (Silva, 2013, p. 35).

Assim, é perceptível que com o desenvolvimento financeiro do mercado, surge a necessidade de um conjunto de normas que permita a comunicação entre países. Deste modo tem-se a facilidade de entendimento, a fim de contribuir com a amostra de informações para usuários externos.

Silva (2013) retrata a implantação das normas internacionais, com intuito de abandonar as normas domésticas com divergências, onde alguns países decidiram adotar normas contábeis para uso comum, inspirando no modelo de normas e pronunciamentos dos Estados Unidos, emitidas pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB). De 1973 à 2001 existiu o *International Accounting Standards Committee* (IASC), órgão que foi responsável pela criação de normas para comparação e clareza das demonstrações inicialmente dos países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Japão, México, Holanda e Reino Unido. Logo, o IASC foi sucedido pelo IASB - *International*

Accounting Standards Board, que possuía a mesma finalidade. (Ball¹, 2006 *apud* Silva, 2013).

Para Lemes e Carvalho (2010) o primeiro órgão criado foi o Comitê de Normas Contábeis Internacionais (*International Accounting Standards Committee – IASC –*, órgão independente, sem fins lucrativos e com recursos próprios que gerou normas contábeis até 2001, sendo algumas vigentes até hoje). Foi criado com o propósito de produzir normas contábeis não apenas sob a ótica de um país em particular, mas de normas genuinamente supranacionais.

Logo, o IASC foi sucedido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, com mesma finalidade, traduzido para o português como Quadro Internacional de Normas Contábeis. Niyama cita como os objetivos do IASB, os seguintes:

- a) Desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações contábeis e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capital e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas.
- b) Promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas.
- c) Promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade. (Niyama, 2010, p. 40).

Considerando os objetivos expostos pelo autor, fica evidente que as normas internacionais contribuem para que o objetivo da contabilidade, de auxiliar nas tomadas de decisões, seja colocado em prática. Com o foco na qualidade e na intenção de facilitar a linguagem contábil, será capaz de atrair mais investimentos, principalmente de estrangeiros.

2.2.2 Vantagens e Desvantagens da IFRS

Para Lemes e Carvalho (2010, p. 4) “as normas internacionais buscam obedecer a **PRINCÍPIOS** (grifo do autor) e evitarem serem **REGRAS** (grifo do autor) – estas são mais passíveis de burlas, e princípios, não.” O autor destaca ainda que as normas internacionais

¹ BALL, R. **International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors**. Chicago, 2006.

abordam termos como *relevante, material, importante*, de modo onde as demonstrações são utilizadas como fonte de informações confiáveis para tomada de decisões.

A principal inovação trazida por esse processo de convergência as normas internacionais é que a prática contábil brasileira passa a estar muito mais baseada na interpretação dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) do que na mera aplicação de regras nacionais como no passado recente. (Antunes *et. al*, 2012, p. 5).

Com base nos autores, nota-se a relevância dos padrões internacionais para a profissão contábil, com base em princípios que norteiem o cotidiano do contador, numa estrutura-sistema legal, com base em leis ou regulamentos.

Para Padoveze, Benedicto & Leite (2012, p. 9) “o fornecimento de informações de acordo com normas de elevada qualidade, transparência e comparabilidade reduz o risco do investimento e o custo do capital”. Com isso, outra vantagem é a eliminação de custos para empresas. Como exemplo, se referiram as empresas que operam em outros países, estas que, para atender a legislação de cada país em particular e as necessidades de seus investidores desembolsará um custo maior além de dificultar a comunicação.

Padoveze, Benedicto & Leite ressaltam a extrema necessidade de harmonização com base nas seguintes justificativas:

- Melhora e aumenta a transparência, a compreensão e a comparabilidade das informações divulgadas aos diferentes mercados financeiros;
- Reduz custos de elaboração, divulgação e de auditoria das demonstrações financeiras;
- Elimina significativamente as diferenças em resultados gerados pelo recolhimento contábil das operações a partir de um único conjunto de normas;
- Viabiliza os investimentos diretos estrangeiros e o fluxo de capitais internacional;
- Facilita e simplifica o processo de consolidação das demonstrações financeiras;
- Melhora a comunicação da empresa com seus investidores nacionais e estrangeiros. (Padoveze; Benedicto & Leite, 2012, p. 9).

De acordo com Niyama (2010) é perceptível que estas normas são criadas para harmonizar tudo o que se trata de demonstrativos contábeis, com foco no real sentido da empresa e a amostra de seus resultados. Assim, sendo possível reduzir as diferenças internacionais e ter segurança nas informações apresentadas, contribuindo com a captação de recursos financeiros e auxiliando na tomada de decisões. Outra vantagem destacada pelo autor

se volta para o intercâmbio técnico-profissional, sendo a contabilidade internacional atrelada ao currículo dos graduandos na área.

Porém, a implantação das normas apresenta algumas dificuldades. Niyama (2010) destaca a questão tributária altamente atrelada a contabilidade, onde questões fiscais ditam critérios de avaliação, apropriação e classificação contábil. Contudo, fica impossível harmonizar as normas fiscais, sendo a alternativa viável a mudança do sistema legal, porém, não sendo esta razoável para acontecer.

Outro ponto citado pelo autor é a questão do “nacionalismo” exacerbado, fortemente influenciado por questões políticas, de modo a parecer uma “perda de soberania ou autoridade” destes países. Completa ainda que as normas podem ser interpretadas como aplicáveis em um país e não atender a outro.

2.2.3 IRFS no Brasil

Para Lemes & Carvalho (2010) a implantação adveio com a Lei 11.638 de 28-12-2007 e do acatamento do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) pelas autoridades reguladoras governamentais. Os autores destacam ainda que o Brasil foi um dos únicos, senão o único, a adotar as normas no balanço individual de cada empresa e não somente no balanço consolidado.

De acordo com Niyama (2010, p. 1): “até então, a contabilidade no Brasil foi marcada pela forte influência tributária, que determinava procedimentos contábeis para classificação das contas e apropriação de receitas e despesas, nem sempre adequados à luz da teoria contábil”. Tendo em vista o exposto e a série histórica das IFRS, são perceptíveis os benefícios para o desenvolvimento da contabilidade como ciência. Considerando que seus ideais se voltam para a qualidade contábil no fornecimento das informações, o contador, que antes ocupava grande parte do seu tempo preocupado em atender as exigências do fisco deve agora atentar-se para produzir relatórios de interesse dos seus usuários.

Niyama (2010) revela que desde a década de 70 ocorre o desenvolvimento no avanço da contabilidade. Nesta época passa a ter a obrigatoriedade de divulgação das demonstrações contábeis pelas companhias, destacando-se as de capital aberto. Desde então, trouxe

inovações para fins de auditoria, na busca de supervisionar as divulgações para atender às exigências fiscais e também obter dados fidedignos com qualidade para com os investidores.

Padoveze, Benedicto & Leite (2012) enfatizam as ações do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) para direcionar a contabilidade internacional no Brasil. O Bacen expediu o Comunicado n° 14.259 de 10-03-2006 que determina o desenvolvimento de ações específicas para que as instituições financeiras passem a adotar as IFRS a partir de 2010; e a Resolução n°3.786 de 24-09-2009 - aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen - constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de Auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem adotar e elaborar seus balanços consolidados a partir da data base de 31 de dezembro de 2010, adotando os pronunciamentos do IASB. A CMV com a Instrução n°485/2010, determinou que as companhias abertas divulguem as demonstrações consolidadas de acordo com as IFRS, a partir de 2010.

Entretanto, *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles (BR GAAP)*, que em português significa Princípios Contábeis Geralmente Aceitos - se tratam das normas particulares do Brasil, estas que, passaram a ser substituídas pelas IFRS de forma limitada:

Neste sentido, o processo de transição das normas contábeis brasileiras ou *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles (BRGAAP)* para as normas contábeis internacionais ou IFRS se deu em duas etapas [...] No Brasil, a primeira se deu em 2008 e 2009 com a adoção parcial das IFRS, e a segunda a partir de 2010 com a adoção completa das normas internacionais. (Silva, 2013, p.10).

Neste contexto, o Brasil aderiu as padronizações internacionais quando foi sancionada a Lei N° 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Esta prevaleceu à adaptação as IRFS dentro dos demonstrativos e informações obrigatórias a serem evidenciadas. *A priori*, em 2010, as Sociedades Anônimas de Capital Aberto estavam obrigadas a divulgar seu balanço adequado as IFRS. Logo, em 2012, todas as demais empresas já deviam estar adaptadas às normas. (Silva, 2013).

Entende-se que a Lei N°11.638 veio para predominar a utilização das IFRS dentro das empresas brasileiras, onde claramente, há a implantação vigorosa nas organizações de capital aberto e logo, a adaptação às demais empresas nacionais pouco a pouco. Isto faz com que as novas normas sejam vistas com seriedade durante a exposição de informações externas e também no controle das demonstrações contábeis em geral.

2.3 Mercado de capitais

2.3.1 Órgãos normativos

Todo sistema requer um objetivo a ser alcançado e, quando se trata de investimentos, não é diferente. Por isso vale ressaltar que antes da origem de normas internacionais para regulamentação, foi criado um sistema de movimentações financeiras, cujo se fez obrigatória uma normatização de uso para proveito de todos.

Lemes & Silva (2007) apontam que, com o resultado da rápida globalização e a demanda de métodos para organização nas demonstrações financeiras consolidadas, em março de 2006 o Banco Central do Brasil tomou a decisão de implantar o processo de convergência das normas brasileiras. Baseando-se nos preceitos estabelecidos pelo IASB, esta mudança visou o aumento de investimentos internacionais, em função de facilitar nas auditorias independentes, tal como no entendimento comum dos usuários externos, para melhor compreensão nas publicações de empresas brasileiras inseridas no mercado de capitais. Logo, seria realizada a convergência em todos os âmbitos do Sistema Financeiro Nacional.

A definição de Sistema Financeiro Nacional (SFN) segundo a legislação decretada no art. 192 da Constituição Federal:

O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Brasil, 1988, art. 192).

Desta forma, entende-se que o SFN é formado por agentes normativos, supervisores e operadores, que juntos comandam todas as transações realizadas dentro do mercado de capitais, bem como formulam regras, fiscalizam e movimentam recursos através de instituições de serviços, como por exemplo, bancos.

Segundo Toledo Filho (2006) é possível classificar os agentes que compõem o SFN com a Lei nº4.728 de 1965, a chamada Lei do Mercado de Capitais, onde se faz jus às atribuições dos órgãos administrativos e suas responsabilidades com transações monetárias.

Quanto às disposições dos principais órgãos que movem o mercado, pode-se destacar o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão superior que pela Lei nº 4.595 de 1964, formula a política da moeda e créditos, visando o progresso das necessidades econômicas do país. (Toledo Filho, 2006). Em sequência, o Banco Central do Brasil (BACEN), criado para executar as políticas de serviços do mercado e fazer valer a legislação em vigor, juntamente com as demais instituições que lhe compõem. (Brasil, 1964).

Para tanto, vale ressaltar que é de responsabilidade do SFN estar ciente de todas as movimentações financeiras realizadas no Brasil, bem como a funcionalidade e execução dos órgãos responsáveis pelo desempenho econômico. Este sistema oferece também segurança por demonstrar que há um controle e acompanhamento acerca de cada atividade envolvendo valor monetário.

2.3.2 Mercado de ações

O que nos séculos passados começou com meras trocas de mercadorias (escambo) e em sequência a criação das moedas, logo se tornou a necessidade de negociação de títulos públicos, tendo início na cidade de Anvers, na Bélgica. (Toledo Filho, 2006).

Segundo Toledo Filho (2006) “com a Revolução Industrial, a necessidade de grandes recursos para investimentos obrigou os empresários a buscar no mercado, por meio das Bolsas, o dinheiro do público.” Sendo possível concluir quanto à funcionalidade significativa das Bolsas de Valores, e como se tornam essenciais para regulamentação e garantia de segurança nas transações financeiras realizadas ao decorrer dos anos.

Para Rangel *et al.* (2018, p. 3) “no intento de definir um mercado de ações ou, ao menos o seu funcionamento interno básico, pode-se dizer que o capital social de uma empresa é fracionado e lançado ao mercado para ser negociado”. Deste modo, pode-se considerar que uma empresa que abre ações para o mercado estará disponibilizando uma parte (porcentagem) de seu capital social, para obter participação de outras empresas, cada qual com seus interesses de compra e participação. Vale ressaltar que há ações preferenciais para recebimento de dividendos e há as ações ordinárias com intuito de participar na votação de titulares da empresa investida.

Através de sua atribuição, a Bolsa de Valores se torna de interesse público, proporcionando negociações de maneira rápida, transparente, e quando há situação mútua de oferta e demanda, oferece preços justos nas ações. (Rangel *et. al*, 2018). Sua evolução deve-se principalmente à obrigatoriedade de todas as empresas listadas na B3 (2019) em publicar suas demonstrações unicamente baseadas nas Normas Internacionais de Contabilidade, assim, juntamente com a utilização de tecnologia virtual, a rede *internet* transmite transparência no acesso de todas as informações de compra e venda de ações almejadas pelos investidores.

Segundo Lemes e Silva:

O interesse por informações contábeis confiáveis não é uma 'rua de mão única', porquanto não é somente a exposição das empresas brasileiras a mercados de capitais externos que demanda a confiabilidade das informações, mas também a parceria com novos empreendimentos estrangeiros atuantes no mercado nacional. (Lemes & Silva, 2007, p. 48).

Diante citação dos autores, compreende-se que o crescimento do comércio mundial trouxe um conjunto de buscas por informações que possibilitem o Brasil a entrar em harmonia com os países estrangeiros, mas também enuncia a importância de investimentos participantes através das companhias nacionais. A Bolsa tem a capacidade de proporcionar um aumento na economia do país através de participações externas em organizações internas, de todo modo, unificando informações mundialmente.

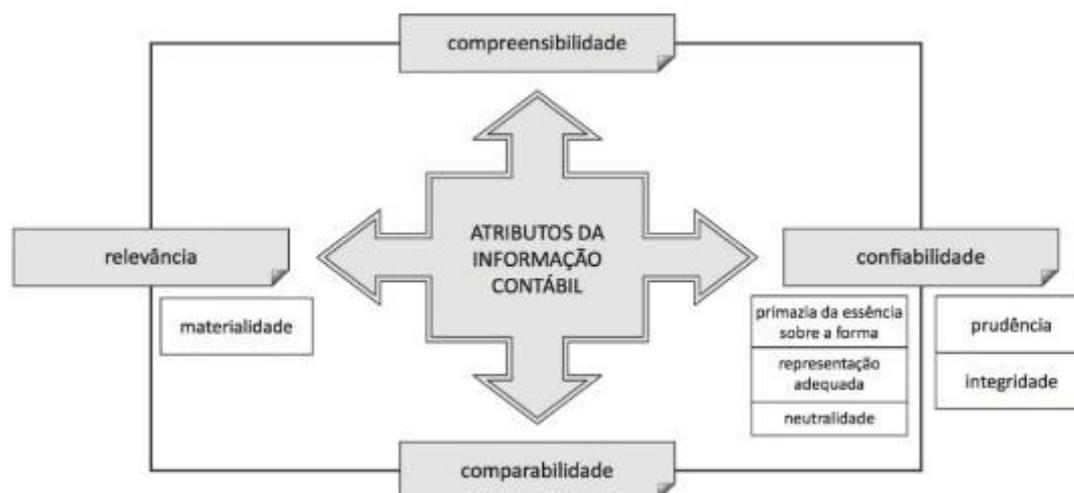
2.4 Qualidade contábil

Segundo Antunes *et al.* (2012, p. 6) “em síntese, pode-se afirmar que as mudanças introduzidas buscam aprimorar a qualidade da informação contábil, tendo como foco principal a sua utilidade para o usuário dessa informação”. Com base nos autores, uma vez que algum usuário averigua as informações e através delas consegue tomar conhecimento para fins de decisão, esta informação torna-se relevante de modo que os objetivos das normas internacionais e da contabilidade são de fato evidenciados.

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 8) “as características qualitativas da informação representam os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários, sendo a sua compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade os atributos mais importantes”. Deste modo, é de suma importância a publicação de

demonstrativos bem elaborados, visto que seus usuários utilizaram como ferramenta de tomada de decisões. A figura 1, abaixo, ilustra as principais qualidades abrangentes nas demonstrações contábeis e o elo entre elas.

Figura 1 – Atributos da informação contábil



Fonte: Padoveze; Benedicto & Leite (2012, p. 8).

Este fluxograma permite compreender que as características qualitativas da informação contábil se relacionam, de modo a interferirem na tomada de decisões. Nota-se também que agem em conjunto, e na ausência de uma delas todas as outras perdem o sentido.

Silva (2013) ressalta que a partir da precisão de gerar informações para evidenciar a situação patrimonial para os interessados, as demonstrações contábeis servem como auxílio para que possa ser analisado através de características qualitativas, sendo elas: relevância, materialidade, representação fidedigna, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Diante disto, pode-se afirmar que a implantação das normas internacionais influenciará de maneira positiva a qualidade contábil, trazendo um conjunto de características qualitativas, que se tornam essenciais para os usuários internos e externos que acessam estas informações.

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 48) “para que uma demonstração contábil seja útil e influencie decisões econômicas ela deve ser compreensível, relevante, comparável e confiável.” Deste modo, é perceptível tamanha importância da qualidade

contábil, baseado nestes pilares. Sendo que, interfere diretamente nas decisões econômicas, e na ausência de um destes, pode trazer prejuízos e problemas para empresas.

Dentro dessas características qualitativas citadas na temática, vale enfatizar o objetivo das inovações da lei de buscar uma harmonização à nível mundial, que traga consigo a facilidade de interpretar, disponibilidade para comparações, melhor entendimento das demonstrações, maior segurança no que é publicado, além de maior relevância através de documentos confiáveis. Antunes, *et al.* (2012). Isso demonstra o tamanho avanço na qualificação que a normatização dos dados contabilizados irá trazer para as companhias, para os investidores e toda a sociedade.

Ao abordar sobre a qualidade, se refere também à maior quantidade de informações que contribuem para tomada de decisões, isto é, quanto mais completos forem os detalhes referentes aos lançamentos contábeis, melhor para o gerenciamento e para compreensão dos usuários dessas informações. Segundo Dalmácio & Paulo (2004, p. 81) “os usuários precisam e procuram, nos demonstrativos contábeis publicados, informações sociais sobre a empresa”. Com isto, compreende-se que a transparência de tais informações publicadas pelas organizações é de suma importância para refletir ao público externo - seja por empresas já consolidadas ou por pessoas que buscam investimento - tudo o que diz respeito à situação da empresa.

“A adoção das IFRS proporciona um aumento na transparência das demonstrações contábeis, ou seja, uma redução no nível de assimetria de informação entre empresa e mercado”. (Hoogervorst², 2011 *apud* Silva, 2013, p. 12). De tal modo, pode-se constatar que as normas internacionais colaboram na disponibilidade de informações sem desigualdade nas demonstrações, isto é, cria uma comunicação semelhante entre países, facilitando no trabalho dos administradores e investidores, além de reduzir custos na elaboração e auditoria.

Segundo Beuren *et al.* (2010), é evidente que as empresas possuem um compromisso com a sociedade de tal maneira que seja necessário um relacionamento com responsabilidade de disponibilizar todas as demonstrações contábeis obrigatórias, visando assim, não apenas a melhoria rentável, mas também a uma relação íntegra, com respeito e seriedade aos demais.

² Hoogervorst, H. **International Financial Reporting Standards (IFRS)**. Response to US SEC publication of staff report on IFRS, 2011.

No entanto, apesar da obrigatoriedade ainda existe resistência quando se trata de mudanças, e é neste momento que deve haver incentivo, principalmente nas pequenas empresas. A adoção das IFRS de fato traz desafios até sua adaptação, porém demonstra para seus usuários o quanto a empresa é transparente e como se posiciona perante mudanças cotidianas.

3 Metodologia

O objetivo deste trabalho é verificar se houve melhoria na qualidade contábil após adoção das IFRS no Brasil.

O referencial teórico é desenvolvido em pesquisas empíricas analíticas, para Gil (2002, p. 48) “consiste essencialmente em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.” O autor completa ainda a interação do pesquisador com seu trabalho de modo que ele atua como sujeito ativo e não apenas como um observador.

Para desenvolver a pesquisa é utilizado o método quantitativo, e segundo Richardson pode ser definido como:

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. (Richardson, 1999, p. 70)

Contudo, as amostras são todas as empresas listadas na B3 (2019) do setor cíclico; subsetor de comércio e no segmento de Tecidos Vestuários e calçados, sendo elas: Arezzo Indústria e Comércio S.A.; Grazziotin S.A.; Guararapes Confecções S.A.; Lojas Renner S.A.; Marisa Lojas S.A. e Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.

O estudo é realizado acerca da contagem do número de palavras das notas explicativas, sendo de 05 demonstrações anteriores a 2010, ano o qual foi obrigatório a publicação em conformidade com as normas internacionais, e 05 demonstrações posteriores a 2010. Feito isto, há a análise quanto o crescimento ou redução das palavras após adotada as

normas internacionais. Levando-se em consideração que as IFRS trazem mais transparência, a qualidade contábil poderá ser inferida através do aumento de palavras nas notas.

Para analisar o efeito da adoção das IFRS nas notas explicativas das empresas citadas, é aplicada uma regressão linear simples, adotando um nível de significância de 5%. Esta análise verifica a força da relação entre variáveis – neste caso, entre a variável dependente (número de notas explicativas) e a variável independente (antes vs. depois da adoção das IFRS). Desta forma, poderemos verificar a qualidade contábil após adoção das IFRS. Para isso, utiliza-se o programa estatístico STATA 13.0.

Na coleta de dados, constata-se que a empresa Grazziotin S.A. não publicou as notas explicativas anteriores ao ano de 2010, mesmo ano em que as normas internacionais de contabilidade foram aderidas no Brasil, deste modo, esta empresa é excluída da amostra da pesquisa.

Para complementar a pesquisa, é realizada o teste de média geral e teste de média por empresa. Assim é calculada a quantidade de palavras antes e depois das IFRS sendo possível apontar a diferença entre essas variáveis.

4 Discussão de Resultados

4.1 Teste de regressão simples

É realizada a regressão linear simples levando-se em consideração duas variáveis independentes: antes das IFRS e após as IFRS. Como variável dependente é considerada o número de palavras das notas explicativas. Os resultados são apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 - Regressão Linear Simples

Source	SS	df	MS	Número de obs.=	49
				F(1, 47)	= 108,88
Model	1491.54646	1	1491.54646	Prob > F	= 0.0000
Residual	643.823353	47	13.6983692	R-squared	= 0.6985
				Adj R- squared	= 0.6921
Total	2135.36981	48	44.4868711	Root MSE	= 3.7011

IFRS	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
Antes das IFRS	1.132.346	1.085.163	10.43	0.000	9.140.389	1.350.652
Após as IFRS	794.121	.8490976	9.35	0.000	62.333.046	9.649.375

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na regressão realizada temos 49 observações, decorrente dos números de palavras das notas explicativas de cada empresa, antes e após as IFRS. Assim é permitido concluir que após a adoção das IFRS houve a comprovação do aumento de palavras nas notas explicativas ($p < 0.001$; ver Tabela 1), o que contribui para melhoria e aumento de informação disponibilizada ao usuário.

4.2 Teste adicional de média

Como teste complementar é realizado o teste de média, pelo programa STATA 13.0. São apresentados os resultados da média geral e da média específica por empresa. O cálculo é feito na contagem da quantidade de palavras das notas explicativas e a diferença entre elas, antes e depois das IFRS. Como base, também foram adotadas as 05 demonstrações anteriores e posteriores ao ano de 2010.

4.2.1 Teste de média geral

Para o teste de média geral, é utilizada a somatória do número de palavras de todas as empresas, agrupadas em duas modalidades, sendo a quantidade de palavras antes e depois da adoção das IFRS. Os dados compilados podem ser observados na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Média Geral

Número de palavras antes e após adoção das IFRS			
Variáveis	Obs.	Média	Erro Padrão
Quantidade de palavras antes das IFRS	19	7.94121	.693416
Quantidade de palavras após as IFRS	30	19.26467	.7423022
Diferença		-11.32346	1.085163

Ha: Diferença das médias = 0 Pr(|T| > |t|) = 0.0000

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Tabela 2 aponta que a um nível de significância de 5% as médias do número de palavras antes e após as IFRS são diferentes. Estatisticamente, é possível concluir que os números de palavras após as IFRS aumentaram significativamente ($p < 0.001$).

4.2.2 Teste de média por empresa

4.2.2.1 Teste de média da empresa Arezzo Indústria e Comércio S.A.

Para o teste de média da empresa Arezzo Indústria e Comércio S.A., é utilizada a somatória da quantidade de palavras das notas explicativas, agrupadas em duas modalidades, sendo a quantidade de palavras antes e depois da adoção das IFRS. Os dados são organizados na Tabela 3.

Tabela 3 – Média Arezzo Indústria e Comércio S.A.

Número de palavras antes e após adoção das IFRS			
Variáveis	Obs.	Média	Erro Padrão
Quantidade de palavras antes das IFRS	2	6.7825	.6545
Quantidade de palavras após as IFRS	6	18.83233	.5117241
Diferença		-12.04983	.9839031

Ha: Diferença das médias = 0 Pr(|T| > |t|) = 0.0000

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme observado na Tabela 3, as médias do número de palavras antes e depois das IFRS são divergentes. Sendo assim, é possível concluir estatisticamente que o número de palavras aumentou significativamente, sendo uma diferença negativa de 12.04983.

4.2.2.2 Teste de média da empresa Guararapes Confecções S.A.

Para o teste de média da empresa Guararapes Confecções S.A., é utilizada a somatória da quantidade de palavras, agrupados em duas variáveis, antes e após a adoção das IFRS. Os resultados são organizados na Tabela 4.

TABELA 4 - Média Guararapes Confeccões S.A.

Número de palavras antes e após adoção das IFRS			
Variáveis	Obs.	Média	Erro Padrão
Quantidade de palavras antes das IFRS	5	5.3246	1.182.679
Quantidade de palavras após as IFRS	6	22.62767	.4201484
Diferença		-17.30307	1.164242

Ha: Diferença das médias = 0 Pr(|T| > |t|) = 0.0000

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Tabela 4 mostra que a um nível de significância de 5% as médias do número de palavras após adoção das IFRS são divergentes. Deste modo, estatisticamente é possível concluir que os números de palavras após as IFRS aumentaram significativamente, sendo uma diferença negativa de -17.30307.

4.2.2.3 Teste de média da empresa Lojas Renner S.A.

Para o teste de média da empresa Lojas Renner S.A., é utilizada a somatória da quantidade de palavras, agrupadas em duas modalidades, sendo a quantidade de palavras antes e depois da adoção das IFRS. Os dados são organizados na Tabela 5.

Tabela 5 – Média Lojas Renner S.A.

Número de palavras antes e após adoção das IFRS			
Variáveis	Obs.	Média	Erro Padrão
Quantidade de palavras antes das IFRS	5	8.5276	.6194122
Quantidade de palavras após as IFRS	6	22.7095	1.392.611
Diferença		-14.1819	1.637973

Ha: Diferença das médias = 0 Pr(|T| > |t|) = 0.0000

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Tabela 5 revela que a um nível de significância de 5% as médias do número de palavras antes e após as IFRS são diferentes. Logo, de acordo com os dados estatísticos apresentados, é possível concluir que os números de palavras após as IFRS aumentaram, sendo esta diferença negativa de -14.1819.

4.4.2.4 Teste de média da empresa Marisa Lojas S.A.

Para o teste de média da empresa Marisa Lojas S.A., é utilizada a somatória da quantidade de palavras, agrupados em duas variáveis, antes e após a adoção das IFRS. Os resultados são organizados na Tabela 4.

Tabela 6 – Média Marisa Lojas S.A.

Número de palavras antes e após adoção das IFRS			
Variáveis	Obs.	Média	Erro Padrão
Quantidade de palavras antes das IFRS	4	12.023	.8065152
Quantidade de palavras após as IFRS	6	18.27967	1.517.094
Diferença		-6.256667	2.000688

Ha: Diferença das médias = 0 $\Pr(|T| > |t|) = 0.0141$
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Tabela 6 aponta que a um nível de significância de 5% as médias do número de palavras antes e após as IFRS são diferentes. Estatisticamente é possível concluir que os números de palavras após as IFRS aumentaram significativamente como evidencia a diferença negativa de -6.256667.

4.4.2.5 Teste de média da empresa Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.

Para o teste de média da empresa Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., é utilizada a somatória da quantidade de palavras das notas explicativas, agrupadas em duas modalidades, antes e depois da adoção das IFRS. Os dados são observados na Tabela 7.

Tabela 7 – Média Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.

Número de palavras antes e após adoção das IFRS			
Variáveis	Obs.	Média	Erro Padrão
Quantidade de palavras antes das IFRS	3	6.655	1.283695
Quantidade de palavras após as IFRS	6	13.87417	.7885333
Diferença		-7.219167	1.427805

Ha: Diferença das médias = 0 $\Pr(|T| > |t|) = 0.0015$
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A Tabela 7 indica que a um nível de significância de 5%, as médias do número de palavras antes e após as IFRS são divergentes. Contudo, é possível concluir, com dados estatísticos, que os números de palavras após as IFRS aumentaram significativamente como aponta a diferença negativa de -7.219167.

5 Considerações Finais

A presente pesquisa teve como problema apurar se a implantação das normas internacionais de contabilidade trouxe melhorias na qualidade contábil para as empresas. Para tanto, como metodologia, houve o estudo acerca da contagem do número de palavras das notas explicativas, das empresas Arezzo Indústria e Comércio S.A.; Guararapes Confeções S.A.; Lojas Renner S.A.; Marisa Lojas S.A. e Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. Foi analisado as cinco demonstrações anteriores a 2010, ano o qual se tornou obrigatório a publicação em conformidade com as IFRS, e cinco demonstrações posteriores a 2010.

Estabelecendo um paralelo entre os objetivos das IFRS, em trazer mais transparência nas demonstrações contábeis, e utilizando o número de palavras das notas explicativas como ferramenta de estudo, foi possível verificar que as Normas Internacionais de Contabilidade trouxeram mais qualidade contábil neste aspecto.

Este trabalho justificou-se por sua importância no atual cenário contábil, considerando os objetivos e a obrigatoriedade das Normas Internacionais no Brasil. Além disso, evidencia pontos positivos na prática, tendo em vista a comprovação na qualidade contábil através das informações contidas nas notas explicativas.

Diante resultados da pesquisa, pode-se observar o quanto as IFRS contribuem para qualidade contábil. Com isso, torna-se relevante haver mais estudos acerca do tema e melhor aplicabilidade destas normas nas empresas brasileiras. Deste modo, as IFRS devem ser reconhecidas, não apenas como uma obrigação, mas sim como técnica capaz de agregar valor para classe contábil. pesquisas futuras são encorajadas, aumentando o número da amostras e incluindo outras variáveis numa abordagem multivariada.

Referências

Antunes, M. T. P., Grecco M. C. P., Formigoni H. & Neto O. R. de M. (2012, Janeiro). A Adoção no Brasil das Normas Internacionais de Contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, São Paulo, 10(20): 5-19.

Brasil, Bolsa, Balcão. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/> Acesso em: 01 mar. 2019.

Beuren, I. M.; Boff, M. L.; Horn, J. E. & Horn, M. A. (2010, Janeiro). Adequação da Evidenciação Social das Empresas de Capital Aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às Recomendações da NBCT 15. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, 04(08): 47-68.

Beuren, I. M.; Longaray, A. A.; Raupp, F. M.; Sousa, M. A. B. de; Colauto, R. D. & Porton, R. A. de B. (2010). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de outubro 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Brasil. (2006). Comunicado N° 14.259, de 13 de março de 2006. Comunica procedimentos para a convergência das normas de contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com as normas internacionais promulgadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pela *International Federation of Accountants* (IFAC). Recuperado de <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=106064950&method=detalharNormativo>

Brasil. (2010). Instrução N° 485, de 1° de setembro de 2010. Altera a instrução CVM n° 457, de 13 de julho de 2007, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Recuperado de <file:///C:/Users/Centrium/Downloads/inst485.pdf>

Brasil. (1964). Lei N° 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União de 31.01.1965. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm

Brasil. (2007). Lei N° 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às

sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm

Brasil. (2009). Resolução Nº 3.786, de 24 de setembro de 2009. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Recuperado de <http://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=109596>

Crepaldi, S. A. (2004). Curso Básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. (5a ed.) São Paulo: Atlas.

Dalmácio, F. Z. & Paulo, F. (2004). A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico financeiros nas demonstrações contábeis. *Brazilian Business Review*, 1(2): 74-74.

Franco, H. (1997). Contabilidade geral. (23a ed.) São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2002). Como Elaborar Projetos de Pesquisa. (4a ed.) São Paulo: Atlas.

Idibicibus, S. de; Marion, J. C. & Faria A. C. de. (2009). Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. (5a ed.) São Paulo: Atlas.

Lemes, S. & Carvalho, L. N. (2010). Contabilidade internacional para graduação: texto, estudo de caso e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas.

Lemes, S. & Silva, M. G. e. A. (2007 julho). Experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS, *Contab. Vista & Rev.*, 18(03): 37-58.

Marion, J. C. (2012). Contabilidade Empresarial. (16a ed.). São Paulo: Atlas.

Menezes, T. A. N. de (2018). *O Efeito da Sustentabilidade sobre a Legibilidade das Notas Explicativas*. (Dissertação de Mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE, Vitória, ES, Brasil.

Niyama, J. K. (2010). *Contabilidade Internacional: causas das diferenças internacionais; convergência contábil internacional; estudo comparativo entre países*. (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Oliveira, A. M. S. de; Faria, A. de O.; Oliveira, L. M. de & Alves P. S. L. da G. (2008). *Contabilidade Internacional: gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivados*. São Paulo: Atlas.

Padoveze, C. L.; Benedicto, G. C. de & Leite, J. da S. J. (2012). *Manual de Contabilidade Internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap*. São Paulo: Cengage Learning.

Rangel, L. M.; Nogueira, M. J.; Corrêa, M. L. N. & Castro, W. A. de (2018). *Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS e o impacto nos investimentos estrangeiros na bolsa de valores*. Faculdade de Divinópolis – FAGED [S.I.]: [S.n.]

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Silva, R. L. M. da. (2013). *Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio*. (Tese de doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Toledo Filho, J. R. de. (2006). *Mercado de Capitais Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Cengage Learning.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Kelly Gonçalves Canedo – 33,33%

Laíla Catharina Magalhães Guedes – 33,33%

Willian Antônio de Castro – 33,34%